

PARLAMENTARISMO

O ministro da Previdência está livre da acusação de "infiel"

JORNAL DA TARDE

28 SET 1981

JORNAL DA TARDE

Dirigentes do PMDB asseguraram, ontem, que o presidente Sarney está "devidamente esclarecido" sobre a posição do ministro Raphael de Almeida Magalhães. E que o chefe do governo já "refluiu" em relação à "infidelidade" do ministro da Previdência Social, que jamais, em tempo algum, articulou a favor do parlamentarismo, como denunciou o ministro demissionário Jorge Bornhausen (PFL).

O ministro Raphael de Almeida Magalhães não participou de reunião na casa de Ulysses Guimarães, na qual teria sido combinada a adoção do parlamentarismo já. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, presente à reunião, pode testemunhar a favor do ministro da Previdência — observaram os líderes peemedebistas.

Lembraram ainda que Raphael de Almeida Magalhães, a pedido de Ulysses, colaborou com o jurista Miguel Reale Júnior na elaboração de emenda do presidencialismo mitigado, formalizada pelo deputado paulista Manoel Moreira — atendendo ao presidente do PMDB. Pela emenda, o primeiro-ministro seria apenas ministro-coordenador, asseguradas ao presidente as atribuições de chefe de governo e chefe de Estado.

"O que o PFL reclama de Raphael seria a sua parcialidade no atendimento fisiológico" — comentou um líder do PMDB, acrescentando que "isso seria muito pouco para servir de pretexto à crise provocada pelo PFL, via Jorge Bornhausen, este sim, um ministro parlamentarista".



Magalhães (em cima):
acusado de parlamentarista
por Bornhausen.

O que pensa Sarney

Ulysses Guimarães já informou o presidente Sarney a respeito da emenda parlamentarista, "montada" pelo grupo interpartidário coordenado pelo senador José Richa com base em proposta do senador Nelson Carneiro. O PMDB quer saber a posição de Sarney — se aceita a negociação, se recusa a

negociação insistindo no presidencialismo, ou se lavaria as mãos na questão do sistema de governo, deixando a decisão à soberania da Constituinte.

A emenda Nelson Carneiro — já devidamente composta com dispositivos de outras propostas, com pedidos de destaque para votação em separado — prevê a adoção plena do parlamentarismo a partir de março de 1990. Em 1988, o primeiro-ministro seria da livre escolha de Sarney e teria atribuições delegadas pelo presidente. Em 1989 haveria moção de censura, aprovada pela maioria absoluta da Câmara. As duas primeiras indicações de Sarney a primeiro-ministro — obrigatoriamente um parlamentar — não necessitariam de aprovação legislativa. Se a Câmara recusasse as duas primeiras escolhas, pela censura, a posteriori, a terceira teria de ser submetida à votação prévia dos deputados.

Tudo indica que Ulysses Guimarães, convencido da inferioridade dos presidencialistas na Constituinte, já se teria definido pelo parlamentarismo por etapas. No Planalto, porém, não há, por ora, o reconhecimento de que o presidencialismo está derrotado. Um ministro que atua bem próximo a Sarney lembrou que o parlamentarismo pode ganhar na Comissão de Sistematização, mas no plenário da Constituinte o quadro é diferente. E explicou: "A Comissão de Sistematização foi montada a dedo pelo líder Mário Covas, ao passo que a composição do plenário — 559 constituintes — foi deliberação popular, pelos votos nas urnas".